

## BRASILIANAS

Carlos Gandra/Agência CLDF



Plenário da Câmara Legislativa do DF durante sessão que derrubou 19 vetos, semana passada

## DF volta a ter política de arborização urbana

A Câmara Legislativa do Distrito Federal derrubou, na última quarta-feira (3), o veto total imposto pelo governador Ibaneis Rocha ao Projeto de Lei Complementar 64/2025, de autoria do deputado Fábio Felix (Pso).

Com a decisão dos parlamentares, o projeto passa a ser lei e institui oficialmente a Política Distrital de Arborização Urbana e de Combate a Desigualdades Ambientais.

A nova legislação tem como objetivo ampliar a cobertura vegetal nas áreas urbanas do DF, reduzir desigualdades ambientais e assim mitigar os impactos das mudanças climáticas.

Entre os principais pontos, a lei determina:

- Prioridade para áreas menos arborizadas: Ações devem focar regiões administrativas com menor índice de árvores.

- Metas claras: Cada região administrativa deve ter pelo menos 15 m<sup>2</sup> de área verde e uma árvore por habitante, garantindo que todos tenham acesso a espaços arborizados a até 500 metros de casa.

- Proteção e incentivo: Árvores notáveis poderão ser tombadas como patrimônio ecológico-urbanístico, e imóveis que plantarem e mantiverem árvores nativas poderão receber descontos no IPTU.

Matheus H Souza/Agência Brasília



No DF, 69,1% dos moradores de favelas e comunidades urbanas residem em vias com presença de árvores

## Sol Nascente lidera arborização

O DF apresenta um cenário de contrastes urbanísticos entre favelas, comunidades urbanas e demais áreas do território, segundo dados do Censo Demográfico 2022, divulgados na última semana.

A pesquisa, que analisou características do entorno dos domicílios, revela que aspectos como pavimentação, circulação de veículos, presença de calçadas, rampas para cadeirantes e arborização ainda são desafios para grande parte da população que vive em áreas vulneráveis.

Um dos pontos positivos destacados pelo levantamento é a arborização. No DF, 69,1% dos moradores de favelas e comunidades urbanas residem em vias com presença de árvores, índice que coloca o Distrito Federal como o segundo maior percentual da Região Centro-Oeste, atrás apenas de Mato Grosso do Sul (76,9%).

Fora dessas áreas, o percentual é ainda maior: 85,6% dos moradores vivem em vias arborizadas.

POR  
WILLIAM FRANÇA

## GDF amplia áreas verdes na região

Desde o início do ano, cerca de 1,7 mil mudas de árvores foram plantadas em diferentes pontos dos trechos 1, 2 e 3 do Sol Nascente/Pôr do Sol, como parte do Programa Anual de Arborização do Governo do Distrito Federal (GDF). O objetivo é padronizar as áreas verdes em todo o DF e melhorar a qualidade de vida dos mais de 95 mil moradores.

O plantio ocorre durante o período chuvoso, entre novembro e fevereiro, para garantir as melhores condições de crescimento das mudas.

Segundo Raimundo Silva, diretor das Cidades da Novacap, a iniciativa marca uma nova etapa na infraestrutura local: “A urbanização de áreas verdes é o toque final de uma região administrativa. Não é possível plantar árvores sem antes concluir drenagem, calçadas, energia e asfalto”, destaca.

Entre as espécies escolhidas para compor o paisagismo estão ipê-rosa, ipê-branco, nêspira, bauhinia (pata-de-vaca), mutamba e saboneteira, todas adaptadas ao clima e ao solo do Cerrado.

O processo de plantio inclui a inserção de hidrogel na terra.

## Milton Hatoum no ‘Sempre um Papo’

O projeto Sempre um Papo encerra sua temporada 2025 na CAIXA Cultural Brasília com a presença de Milton Hatoum, um dos mais importantes autores da literatura brasileira contemporânea, imortal da ABL e recentemente incluído na lista de indicados ao Prêmio Nobel de Literatura, lançando seu novo romance, “Dança de Enganos” (Companhia das Letras).

O encontro acontece no dia 10 de dezembro, quarta-feira, às 19h30, no Teatro da CAIXA Cultural Brasília, com entrada gratuita e será mediado pela jornalista Cibele Tenório.

A conversa celebra o encerramento da trilogia “O Lugar Mais Sombrio”, que se iniciou com “A Noite da Espera” (2017) e “Pontos de Fuga” (2019). Em “Dança de Enganos”, Hatoum dá voz a Lina, mãe do protagonista Martim, em uma narrativa comovente sobre memórias, segredos e o peso do passado. Ambientado em Ouro Preto, o romance alterna cartas, bilhetes e lembranças para compor um mosaico sobre amor, ditadura e reconstrução pessoal, reafirmando a força poética e a precisão narrativa que consagraram o autor.



## Por que Bruno Henrique é julgado pela justiça do DF

Jogador do Flamengo vira réu após recurso movido pelo MPDF

Thamiris de Azevedo

A Justiça do Distrito Federal acolheu o recurso apresentado pelo Ministério Público do DF e decidiu que o atacante Bruno Henrique, do Flamengo, deve responder também pelo crime de estelionato no processo que apura um suposto esquema de manipulação para favorecer apostas esportivas.

O caso é julgado em Brasília porque tem origem numa partida entre Flamengo e Santos, que disputada na cidade no Estádio Mané Garrincha, em 2023, quando o Ministério Público apontou que o jogador teria provocado deliberadamente um cartão amarelo para favorecer apostas digitais feitas por familiares do jogador.

As ações registradas pouco antes do jogo acionaram mecanismos de alerta das empresas responsáveis pelas plataformas, que identificaram movimentações atípicas e comunicaram as autoridades. Além de Bruno Henrique, outras pessoas ligadas ao atleta também passaram a responder ao processo.

Em julho, o juiz da 1ª instância, Fernando Brandini, manteve a acusação por fraude esportiva e afastou o estelionato. Ao analisar o recurso do Ministério Público, a 3ª Turma Criminal da 2ª instância reformou essa decisão e restabeleceu a imputação excluída, o

que faz com que Bruno Henrique passe a responder simultaneamente pelos dois crimes, como explica à reportagem o advogado e especialista em direito desportivo Domingos Sávio Zainaghi.

“O estelionato é previsto no Código Penal e pune quem obtém vantagem ilícita causando prejuízo a terceiros mediante algum tipo de fraude. A pena varia de um a cinco anos de reclusão. Já a fraude desportiva está no artigo 200 da Lei Geral do Esporte e abrange qualquer ação destinada a manipular o resultado de uma competição. Nesse caso, a pena é de dois a seis anos. São crimes distintos, com estruturas jurídicas próprias, e por isso Bruno Henrique passa a responder simultaneamente pelos dois. Mas as penas dependem muito da fase de instrução e um crime pode ser absolvido por outro. Ressalto que também há a possibilidade de ser punido pelos dois”, afirma.

## Territorialidade

Em entrevista ao Correio da Manhã, Zainaghi explica por que a tramitação ocorre na Justiça do Distrito Federal, já que o jogador atua em um clube do Rio de Janeiro.

Segundo o especialista, o foro no DF acontece porque no direito penal o critério territorial está vinculado ao local onde o resultado do crime se concretiza.